

NOVOS PADRÕES DE MIGRAÇÃO ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES REASSENTADOS DO ALTO JEQUITINHONHA, MG

New Standard of Migration Among Family Farmers Resettled in Alto Jequitinhonha, MG

RESUMO

No Alto Jequitinhonha, Minas Gerais, a migração sazonal é uma das importantes estratégias de reprodução social desenhadas pelas famílias agricultoras, e está ligada não somente à possibilidade de renda monetária extra, mas também aos significados simbólicos, sendo ambiente e família categorias praticamente indissociáveis para compreendê-la. Este artigo investiga a situação de lavradores de comunidades rurais do Alto Jequitinhonha que foram realocados compulsoriamente de seus locais de origem, devido à construção da Usina Hidrelétrica de Irapé. Analisar a relação entre reassentamento e migração, e investigar em que medida a inserção econômica em novas bases elimina a migração sazonal e provoca mudanças nos comportamentos migratórios desses lavradores. A metodologia utilizada foi de cunho qualitativo, realizando a coleta de dados por meio de entrevista, conversação e desenho de mapas. Os resultados indicam que os novos padrões de migração continuam sendo permeados por condições do ambiente e estão estreitamente ligados às estratégias de uso da terra a longo prazo e aos estoques de recursos naturais e patrimoniais disponíveis, bem como aos ritos de passagem e às demandas individuais por educação e bens de consumo.

Viviane Guimarães Pereira
Universidade Federal de Itajubá
vgpereira@yahoo.com.br

Eduardo Magalhães Ribeiro
Universidade Federal de Minas Gerais
eduardomr@pq.cnpq.br

Recebido em 26/10/2011. Aprovado em 15/10/2013.
Avaliado pelo sistema blind review
Avaliador científico: Daniel Carvalho de Rezende

ABSTRACT

In *Alto Jequitinhonha, Minas Gerais*, seasonal migration is one of the important strategies of social reproduction designed by the farming families, and it is linked not only to the possibility of extra cash income, but also to the symbolic meanings, so that environment and family are practically inseparable categories to understand it. This paper investigates the situation of farmers in rural communities from *Alto Jequitinhonha* who were forcibly relocated from their places of origin, due to the construction of the *Irapé* Hydroelectric. Analyzes the relation between migration and resettlement and investigates how economic inclusion into new bases eliminates the seasonal migration and causes changes in the migratory behavior of these laborers. The methodology used was qualitative, collecting data through interviews, conversations and map drawing. The results indicate that the new patterns of migration continue to be permeated by environmental conditions and are closely linked to the land use strategies in long term and to the stock of natural and heritage resources available, as well as the rites of passage and the individual demands for education and consumer goods.

Palavras-chave: migração, reassentamento, agricultura familiar, Alto Jequitinhonha.

Keywords: migration, resettlement, family farmers, *Alto Jequitinhonha*.

1 INTRODUÇÃO

O Alto Jequitinhonha se localiza no nordeste do estado de Minas Gerais, e apresenta um relevo marcado por espaços considerados opostos, coberto por vegetação diversa – o complexo “grotas-chapadas”, que delimitou o espaço da produção da agricultura familiar da região. Chapadas são terras altas, com vegetação típica do cerrado, sem recursos hídricos na superfície, e são usadas, em boa parte das vezes, para a criação extensiva, ou “solta”, de animais e para o extrativismo. Grotas são as depressões entre as chapadas, os vales entre as terras altas com diferentes inclinações e

profundidades, onde correm riachos e rios, e são cobertos por uma vegetação de porte elevado. As terras das grotas são boas para lavoura, e nelas se situam as residências, que se localizam, sempre que possível, perto dos cursos- d’ água.

A constituição da pequena unidade familiar na região surgiu com o empreendimento extrativo colonial no século XVIII. Paralelamente à mineração foi se desenvolvendo a agricultura, e pelos fins do mesmo século a produção mineradora declinou e a população trabalhadora, formada por homens livres, libertos ou escravos fugidos, deu origem aos agricultores familiares que representam a maioria da população da região.

A população rural se organiza em comunidades as quais, no Alto Jequitinhonha, apresentam características bastante específicas. Nelas prevalecem relações familiares, de vizinhança, solidariedade, compadrio e parentesco, que originaram normas costumeiras que regulam herança, casamento e migração. Servem ainda para manter a estabilidade do uso do complexo “grotas-chapadas”, assegurando-lhes a reprodução social. Toda a complexidade que permeia o processo de produção e reprodução social desses agricultores acontece num território específico, onde a terra é mais do que um espaço de produção agrícola, também é lugar de vida e de trabalho, onde se nasce, herda, trabalha, espera a chuva, migra, retorna, tira o “de comer”, festeja, celebra.

Os agricultores do Alto Jequitinhonha estão ligados aos seus territórios, e essa ligação permite defini-los como “população tradicional”, segundo as etnografias recentes e os movimentos afirmativos das identidades dos povos do Cerrado. Contudo, os sujeitos são plurais, como todo ser humano, e podem ser compreendidos em categorias diferentes conforme a ótica que se analisa: designam-se “lavradores” e “atingidos por barragens” segundo eles mesmos; já as suas organizações de representação, o setor público e as organizações de apoio os denominam “agricultores familiares”; são considerados como “população rural” segundo as prefeituras; são “camponeses” segundo autores contemporâneos e relevantes, e “sociedades rurais” segundo a sociologia rural. São e podem ser definidos também como homens, mulheres, idosos, aposentados, estudantes e jovens, conforme o diálogo que estabelecem com o mundo. Todavia, a partir de 1994, como resultado da articulação dos movimentos sociais e dos movimentos sindicais de trabalhadores rurais, os agricultores conquistaram a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e a partir dessa e de outras políticas direcionadas a essas categorias o termo mais corrente para definir esse sujeito passou a ser “agricultor familiar”.

Esses agricultores, para garantir a reprodução social e material, além das atividades agrícolas desenvolvidas dentro de suas unidades de produção, utilizam-se da venda da força de trabalho fora do Vale do Jequitinhonha, por meio das migrações sazonais. Essas migrações na região são antigas e remontam ao período de seu povoamento; fazem parte da vida das famílias agricultoras e estão ligadas à sazonalidade do trabalho rural, quando, no período da estiagem, grandes contingentes de trabalhadores saem do Alto Jequitinhonha para desempenhar trabalhos temporários e retornam no início das chuvas.

Mas, o que aconteceria se esses lavradores do Alto Jequitinhonha passassem a dispor de terra em abundância para cultivar, de recursos materiais para produzir e de assistência técnica para introduzir inovações no sistema de produção? É forte a tentação de responder que, dadas essas condições, a migração sazonal arrefeceria. Esse é um pressuposto caro aos formuladores de política, aos agentes de desenvolvimento rural, às lideranças sindicais rurais e aos mediadores de organizações sociais; dadas as condições de produção, esses agricultores passariam a se dedicar integralmente às suas lavouras e ao beneficiamento de produtos agrícolas.

As migrações no Vale do Jequitinhonha, como salientado, já é uma realidade averiguada na região entre os agricultores familiares, por motivos diversos que serão apontados mais detalhadamente no desenvolvimento do artigo, devido à sua frequência pretende-se analisar a migração em uma situação específica em que os agricultores foram retirados de seus lugares de origem, por meio do deslocamento compulsório de algumas famílias atingidas pelo barramento do rio Jequitinhonha, que implicou na construção de novas relações nos espaços para onde foram reassentados. Provocadas pela iniciativa da Usina Hidrelétrica de Irapé, organizaram-se e mobilizaram-se por mais de 10 anos na luta contra a construção da barragem e as desapropriações impostas a elas. Assim, fortaleceram as formas de organização das famílias, e diante da ameaça da desterritorialização consolidaram sua noção de pertencimento ao ter que refletir sobre seus modos de vida, principalmente sobre a perspectiva de ocorrer mudanças na sua base de vivência.

A história da construção da barragem foi marcada por intensa negociação de direitos. O processo iniciou-se em 1990 e o seu desenrolar, que se arrastou por década e meia, resultou depois de muita mobilização dos atingidos, num Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) mediado pelo Ministério Público Federal e assinado em julho de 2002, que lhes garantiu o direito de serem reassentados em novas terras. Para os atingidos da margem direita do rio o módulo fiscal estabelecido foi de 40 hectares por família, e para os atingidos da margem esquerda, o módulo fiscal foi de 50 hectares por família. Conquistaram também o direito de escolher, entre no mínimo três opções, em quais terras seriam reassentados; o direito à indenização pelas benfeitorias feitas na terra atingida pela barragem, como cercas, pomares, edificações e curral, e também indenizações pelos recursos da natureza, como plantas medicinais, frutos do cerrado, lenha, argila, madeira; o direito à assistência técnica por um período de 4 anos, prorrogado posteriormente por mais 4; o direito a 10

hectares adicionais de terras para cada filho solteiro maior de idade e a um módulo fiscal para filhas solteiras com filhos, independente da idade, que morassem com os pais; o direito de receber já preparadas para o plantio no primeiro ano 5 hectares (dentro dos 40 ou 50 hectares recebidos) das terras novas. Assim, conquistaram terras à escolha, indenização em dinheiro pelo patrimônio perdido, condições de produção e assistência técnica. As mudanças para os reassentamentos começaram no ano de 2005.

Assim este artigo investiga a situação de lavradores de comunidades rurais do Alto Jequitinhonha que dispunham de pouca terra, que foram migrantes sazonais e conquistaram, por meio de quase uma década de enfrentamentos, o direito de receber parcelas maiores de terra, recursos para investimento e assistência técnica em troca da sua gleba de origem ocupada pelas águas.

Tem-se como objetivo deste artigo analisar a relação entre reassentamento e migração, ou em outras palavras, investigar em que medida a inserção econômica em novas bases elimina a migração sazonal e provoca mudanças nos comportamentos migratórios desses lavradores. Essa pode ser uma ponderação importante para programas de assentamento e investimento público em agricultura familiar, numa conjuntura em que o enfoque territorial do desenvolvimento ganhou estatuto de política pública.

Este artigo resulta de pesquisa realizada no ano de 2011, em seis reassentamentos de lavradores atingidos pela Usina Hidrelétrica de Irapé, cujas comunidades estavam localizadas nos municípios de Botumirim, Cristália, José Gonçalves de Minas e Turmalina. Dos 6 reassentamentos pesquisados, quatro foram para municípios diferentes dos de origem, sendo que três destes encontram-se situados fora do Vale do Jequitinhonha, todos porém, em ambientes muito diversos daquele da origem dos reassentados. Essa conquista do direito de serem reassentados foi o resultado de intensa negociação durante a construção da barragem, em que houve ocupação da sede da empresa construtora, fortalecimento da organização das famílias atingidas pela barragem e recurso à Justiça. Dessa forma, asseguraram diversos ganhos que não são frequentes entre populações atingidas por barragens¹, entre eles, e o mais importante, negociar o direito de serem reassentados em terras que escolhessem.

¹Sobre processos de expropriação provocados por empreendimento hidrelétricos e conseqüências para as populações atingidas ver Grzybowski (1987), Laschefski (2007), Sigaud (1992), Zhoui, Laschefski e Paiva (2005) e Zhoui e Oliveira (2005).

Nas páginas seguintes o artigo apresenta primeiro a metodologia. Em seguida uma breve revisão da literatura, e por fim são discutidos os resultados da pesquisa.

2 METODOLOGIA

O fenômeno estudado - que é complexo e de natureza social - foi analisado a partir de pesquisa qualitativa, no contexto em que ocorre e do qual faz parte, e captado a partir da perspectiva dos seus próprios sujeitos. Buscou-se com a pesquisa compreender as percepções e explicações sobre a migração a partir das próprias pessoas envolvidas nessa situação social. Viertler (2002, p. 15) afirma que “é necessário compreender as ações e comportamentos sociais dos seres humanos em termos de referenciais culturais específicos ao seu contexto social”, sendo imprescindível ao pesquisador, numa relação dialética, tornar-se mais consciente da forma que vivencia o mundo, para que tenha condições de impedir conscientemente interpretações do “outro” a partir de interpretações e significados de sua própria cultura.

Para tal, as ferramentas metodológicas mais importantes foram: entrevista, conversação e desenho de mapas. Num primeiro momento, por meio de questionários semiestruturados aplicados em informantes-chaves² selecionados não aleatoriamente, mas propositalmente buscou-se dados sobre migrações da população reassentada: número de pessoas que migram, destinos, tempo de permanência, em informações que envolvessem chefes de família, filhos e filhas, migrações definitivas de homens e mulheres, de jovens para estudar, migração sazonal de homens e mulheres para trabalhar.

Identificados os migrantes nas novas terras foi usada a técnica de conversação, baseada num roteiro de questões pré-estabelecidas. Campos (2002) afirma que no trabalho de campo desta natureza o pesquisador deve ter o cuidado de não questionar demasiadamente o informante, pois o diálogo é muito mais interessante que o questionamento, pois para ele “quanto menos perguntas, melhor é”; mas para isso é preciso ter ajustados os referenciais do diálogo, para que não se corra o risco de cometer equívocos de interpretação. Buscou-se assim, compreender, para além das entrevistas e em grande medida através de conversações, as importantes relações que permeiam o processo migratório.

²Os primeiros informantes foram aqueles que estiveram à frente do processo de reassentamento, e que exerceram, de alguma forma, um papel de liderança durante a negociação de direitos, pois é importante considerar a posição ou relações sociais que estes informantes possuem dentro da comunidade. A partir dos informantes-chave novos informantes foram escolhidos pela relação com a situação da migração.

Por fim, num terceiro momento, por meio dos desenhos dos mapas feitos pelos próprios agricultores das suas unidades produtivas, foram aprofundadas as informações sobre migração. Através dos mapas buscou-se compreender como as famílias reconhecem os novos ambientes, os recursos disponíveis e os usos desses espaços, bem como foram sendo construídos, os fluxos de rendas gerados, as metas pretendidas para o uso dos ambientes e recursos. Isso permitiu compreender o destino dos filhos nesses espaços e a demanda por força de trabalho, ligando-os diretamente à questão da migração.

Assim, buscou-se compreender o fenômeno a partir dos dados levantados, das referências espaciais e produtivas fornecidas pelos grupos estudados e os significados atribuídos por eles próprios a esse fenômeno. Foi a combinação desses métodos que deu base às análises e discussões apresentadas neste artigo.

3 O TEMA NA LITERATURA

3.1 Da Desterritorialização à Reterritorialização

O conceito de território vem sendo amplamente utilizado por diversas disciplinas para análise da realidade social, com várias linhas de abordagem, sendo a Geografia a disciplina que reivindica a primazia na discussão e aplicação do termo, embora muitas contribuições importantes a essa discussão conceitual esteja vindo de áreas como a Sociologia e a Antropologia. É importante afirmar de antemão, que o território do qual é tratado aqui não é aquele regido por leis naturais, sem atores, nem tampouco aquele tratado somente como espaço de interação entre atores, sem relações com o ambiente natural. O território é o resultado de uma relação contínua e recíproca entre a sociedade, ou grupo social, e o ambiente material. Saquet (2010, p. 21) afirma ser “fundamental não se separar a (i) materialidade da vida, que se revela ao nosso olhar e compreensão, através da relação economia-política-cultura-natureza no processo de territorialização, e se traduz em objetos e relações, cotidianamente”.

Expressões como “território”, “espaço”, “paisagem” encontram-se na ordem do dia. Assim, torna-se importante distinguir essas categorias para evitar equívocos conceituais. O espaço é aquilo que vem antes do território, é o mais absoluto, o natural, um palco, um suporte, uma superfície, antecedente ao território; contudo a ação humana muda essa realidade - é o espaço transformado em território. Assim, é a ação antrópica que transforma o espaço em território, e isso acontece no campo

do poder e da dominação: um determinado espaço pode ser demarcado e apropriado por aqueles capazes de mantê-lo sob seu domínio. A vivência em grupo seria a ponte entre o espaço puro e o território; diante dos vínculos, invenções humanas, das suas criações e práticas sociais se produz o território, ou ao menos a sua condição. O território é o fruto da ação de um sujeito que se apropria concreta e/ou simbolicamente do espaço. Assim, o princípio da territorialidade emerge quando surge a necessidade e a tentativa de apropriação, do uso territorial, por meio da demarcação desse domínio. Esse processo de apropriação do espaço pelos homens é entendido como a expressão da territorialização (HAESBAERT, 2011; HEIDRICH, 2004; SAQUET, 2010; SCHNEIDER, 2009).

Essa noção de território favorece a compreensão dos espaços rurais na medida em que acrescenta variáveis ao olhar estritamente setorial, dando o peso devido aos sujeitos sociais e suas organizações, ao ambiente aos recursos naturais, além de enfatizar a maneira como os sujeitos utilizam os recursos em sua organização produtiva (relação entre sistemas sociais e ecológicos). O território é, assim, o espaço onde se produz bens econômicos, mas também onde se produz valores, cultura, tradições, símbolos e conflitos; que não se define apenas por limites físicos, e sim pela maneira como acontece dentro dele a interação social (FERNANDES, 2006; LITTLE, 2002).

A desterritorialização, por sua vez, está relacionada às perdas de referenciais espaciais concretos, mas também culturais e simbólicos. Supõe a exclusão de determinado grupo, de certa área que ele se apropriava, provocando a mobilidade forçada de pessoas, bens materiais e saberes, com ruptura da vida cotidiana do grupo social. Assim, se o território é o enraizamento, a localização, a referência, a desterritorialização em sentido contrário é o fluxo, a deslocalização, o rompimento de fronteiras e relações (HAESBAERT, 2007; SAQUET, 2010). Contudo, existem diferentes versões da desterritorialização, mas a ideia tratada aqui tem a ver, especificamente, com a expulsão de comunidades rurais de seus locais originais de vida e trabalho, impedindo a continuidade da reprodução de seu modo de vida, em detrimento do uso de seu território para outros projetos.

Da mesma forma que se territorializa, um grupo social pode ser desterritorializado. Isso supõe a exclusão de determinado grupo de certa área que ele se apropriava, provocando a mobilização forçada de pessoas, bens materiais e saberes, com ruptura da vida cotidiana do grupo social. As expropriações acontecem em detrimento do uso de territórios para projetos econômicos de envergadura como, por exemplo, hidrelétricas, mineração ou diversos

tipos de monoculturas, como a da soja, eucalipto, cana-de-açúcar e outras, impedindo as populações locais de reproduzirem seus modos de vida nesses locais. Esses projetos impõem riscos às populações, que acabam tendo que assumir o ônus do processo. Contudo, não se transformam em vítimas passivas, e do conflito surge a organização dos grupos atingidos, através de movimentos, associações e redes. É a resposta da vítima (ZHOURI; OLIVEIRA, 2005).

No Brasil, as barragens hidrelétricas já desalojaram mais de 200 mil famílias, o equivalente a mais ou menos um milhão de pessoas, atingindo os segmentos mais vulneráveis da sociedade, como indígenas, quilombolas e populações ribeirinhas, submetidas à condição de objetos, perante a uma 'consubstanciação entre pessoas e imóveis, sujeitos e objetos'. Esse modelo de desenvolvimento que sustenta esse tipo de matriz energética baseia-se numa lógica estritamente mercantil e tecnicista, em que parte da paisagem social e ambiental a ser destruída pode ser reconstruída por meio de medidas compensatórias e de mitigação dos impactos, e em que o meio ambiente é um mero provedor de matérias-primas e energia³. Isso contradiz bruscamente a lógica das comunidades atingidas e suas formas de produção material e simbólica, onde o meio ambiente é um sistema singular e, portanto, insubstituível (LASCHEFSKI, 2007; ZHOURI; OLIVEIRA, 2005).

Esse fenômeno quase sempre traz consigo outra face: o da reterritorialização, que seria a transplantação da população para novos territórios, o que abre a possibilidade de construção de nova territorialidade por parte daqueles que compulsoriamente saíram de seus locais de origem. Se por um lado atingidos por barragens são aqueles que obrigatoriamente saem, por outro lado são também aqueles que de alguma forma chegam a algum lugar, em meio a tantos outros que ficam pelo caminho. Um lado da moeda é a desterritorialização, o outro é a reterritorialização: os mesmos pés que saem, são os que chegam a novas terras; terras que exigem deles a

reinvenção. Para isso se utilizam da capacidade de trabalho, do saber, da memória, da história - elementos que não se perdem no trajeto da mudança.

3.2 Migração como Estratégia Camponesa

Camponeses criam estratégias para possibilitar sua permanência na terra e na agricultura em contextos historicamente adversos. A migração é uma dessas estratégias, que costuma ser determinada por dois fatores de ordem econômica. Primeiro, a escassez da terra, decorrente do parcelamento contínuo das unidades de produção que acontece com o crescimento da família, pois os filhos crescem, se casam, têm filhos e precisam de terra. Segundo, a escassez de alternativas de geração de renda ou de ocupação rentável nas próprias unidades de produção; isso é determinado pela dinâmica da agricultura familiar, mas também pela dinâmica – ou ausência de dinâmica – da economia local (CHAYANOV, 1974; HERÉDIA, 1979; RIBEIRO, 1993; WOLF, 1970; WOORTMANN, 1990).

Contudo, a migração não tem apenas esses motivos. Migrar é uma estratégia de reprodução do campesinato, mas seus significados ultrapassam o sentido estritamente material da reprodução, e devem ser entendidos a partir da lógica específica de cada sociedade camponesa. Num esforço de síntese, Woortmann (1990) descreveu três modalidades de migração próprias aos camponeses. Primeira, a migração pré-matrimonial, àquela que conduzirá o rapaz ao casamento, como um ritual de passagem⁴ que o transformará em homem, aprendendo a enfrentar o mundo, mas ao mesmo tempo possibilitando que amealhe recursos, conquiste a idade adulta pela passagem ritual do trabalho e crie a base da rede social de apoio que garantirá seu possível retorno. Segunda, a migração do pai, que tem como objetivo buscar recursos materiais; o sentido dessa migração vai variar desde o caso do sitiante que busca maximizar a ocupação, pois poderia ficar ocioso no tempo da entressafra, até aquele que precisa garantir a sobrevivência imediata e preservar a família e a unidade de produção numa situação temporária de escassez material. Terceira, a emigração definitiva, resultante da gradativa redução do espaço fundiário do campesinato com as partilhas sucessivas, que admite a permanência de uns e estimula a saída definitiva de outros, contribuindo para minimizar a fragmentação da terra. Dada a temática deste

³Contudo, em defesa das barragens há um argumento sempre apreciado: a produção de energia elétrica diretamente relacionada com a necessidade do crescimento econômico e que também gera negócios para empreiteiras de engenharia, empresas de energia elétrica e serviços. Mas, existem fortes movimentos organizados, por parte de instituições e grupos sociais, além de agências financiadoras e ambientais, segundo os quais as barragens provocam migrações, mudanças em solo e clima, graves consequências ambientais, sérios danos a comunidades tradicionais, além de contribuírem fortemente para o aquecimento global, o que leva agências multilaterais, como o Banco Mundial, a recomendarem sua não construção, e grupos sociais e científicos a se organizarem contra sua construção.

⁴Sobre ritos de passagem ver Garcia Júnior (1989), Herédia (1979) e Woortmann e Woortmann (1997).

artigo, serão considerados nesta análise apenas os dois primeiros tipos, as migrações temporárias.

Cândido (1979) e Martins (1990) em dois estudos seminais indicam que a categoria definidora do campesinato brasileiro – ou do caipira – é a mobilidade espacial; essa mobilidade está relacionada à dinâmica de uso e apropriação dos recursos naturais. Martins (1990) ao abordar a exclusão do camponês no processo histórico brasileiro, mostra que a sua liberdade foi, historicamente, uma liberdade de locomoção, de deixar uma fazenda por outra, uma fronteira agrícola por outra, num nomadismo extenso, na tentativa de encontrar um novo lugar. A migração e a peregrinação, como esperança de se chegar a uma terra livre, são marcas históricas do campesinato brasileiro.

No Alto Jequitinhonha as migrações temporárias de camponeses começaram nos finais do século XIX. A ocupação da terra na região se deu por meio do empreendimento extrativo colonial no século XVIII, abrigando extração de ouro e diamantes, e paralelamente à mineração se desenvolveu a agricultura como atividade complementar (GRAZIANO, GRAZIANO NETO, 1983; RIBEIRO, 2007).

O declínio da produção das lavouras começou um século depois do declínio da mineração. Já eram poucas as terras férteis da região, que desde o século XIX vinham sendo fragmentadas entre herdeiros, e com isso os recursos naturais foram escasseando e dificultando as condições de sobrevivência. Dessa forma, a população rural começou a migrar sazonalmente, inicialmente para leste - região da floresta atlântica, hoje Vales dos Rios Mucuri e Baixo Jequitinhonha. Depois, ao longo do século XX, para a cafeicultura em São Paulo, fronteira agrícola do Paraná construção civil em São Paulo e, finalmente, para o corte de cana na região de Ribeirão Preto, interior paulista, depois dos anos 1970 (RIBEIRO, 2007; RIBEIRO; GALIZONI, 2000).

Os lugares de destino desses migrantes sazonais são diversificados e dependem do contexto socioeconômico da sociedade brasileira:

Nos anos setenta foi a construção civil nos grandes centros que absorveu boa parte destes lavradores; nos anos oitenta e noventa o corte de cana nas usinas paulistas foi o principal destino dos migrantes do Jequitinhonha, adicionado ao final da década de 1990, com a colheita de café no sul de Minas e interior de São Paulo. Permeando esses períodos, há uma constante saída de lavradoras para trabalhar como domésticas nos mais variados locais. Combinados com esses grandes fluxos populacionais, as famílias sempre experimentaram e experimentam outros

menores e circunstanciais: as praias paulistas, o corte de lenha no ‘sertão mineiro’ e uma gama vastíssima de empregos urbanos e rurais (GALIZONI, 2007b, p. 100).

A migração sazonal do alto Jequitinhonha apresenta relação com o sistema de produção da agricultura familiar, que é específico sob muitos aspectos e está estreitamente associado ao ambiente. O sistema de produção desses agricultores é caracterizado pela “roça de toco”, que consiste em: escolhido o terreno para lavoura, faz-se a derrubada das árvores, deixando somente os tocos, e após a derrubada, juntam-se os galhos nas chamadas “coivaras” para, em seguida, ser colocado o fogo, que é criterioso, posto de forma precisa de acordo com o tipo de plantio que se pretende fazer; após a queimada da coivara faz-se a destoca, que é revirada da terra com a enxada. Com a terra preparada, é só esperar a chuva para se realizar o plantio. Essa forma de lavoura exige, após o esgotamento da fertilidade, o pousio da terra e a recuperação da área, que pode demorar em média de 10 a 15 anos, dependendo do tamanho da área desmatada, da periodicidade da derrubada e do tempo em que a terra foi cultivada. As terras de cultura não são contínuas, são intercaladas por outros tipos de terras, ficando assim, as roças separadas nas poucas áreas das escassas terras férteis. O sistema de produção da agricultura familiar do alto Jequitinhonha é, pois, um conhecimento complexo, com cálculos e várias combinações⁵.

Assim, com o problema da escassez de terras férteis – as denominadas ‘terras de cultura’ – as famílias agricultoras tiveram que desenvolver estratégias de produção e reprodução social, estabelecendo combinações entre percursos migratórios temporários, que lhes asseguraram a permanência na condição camponesa. Dessa forma a migração sazonal na região está ligada ao ajuste imposto pelo meio, quando a natureza começou a se esgotar e colocou restrições à produção agrícola (GALIZONI, 2007a; RIBEIRO; GALIZONI, 2000).

A migração sazonal no Alto Jequitinhonha acontece geralmente no fim da adolescência e início da vida adulta, embora em certas áreas possa se prolongar por toda a vida adulta. A migração sazonal é realizada no período de estiagem, quando o trabalho nas lavouras diminui, quando é escasso também o trabalho nas unidades rurais na região, e a saída torna-se uma possibilidade de se obter renda adicional que poderá ser usada para diferentes fins, que

⁵Sobre sistema de pousio ver Boserup (1987), Mazoyer e Roudart (2010) e Wolf (1970); sobre sistemas de cultivo no Jequitinhonha ver Galizoni (2007) e Ribeiro e Galizoni (2000).

pode ser o de assegurar a manutenção da unidade familiar e de melhorar suas condições, e também como forma de patrimonialização, principalmente através da compra de gado; acontece normalmente entre os meses de abril e outubro (AMARAL, 1988; GRAZIANO, 1986; MARTINS, 1986, 1988; NORONHA; RIBEIRO, 2007).

Mas, não é somente a busca por dinheiro que motiva a migração na região, e não existe somente uma causa que a justifique, mas um conjunto delas. Migração pode estar ligada aos ritos de passagem da adolescência para a vida adulta, quando os rapazes vão para o interior de São Paulo, para o corte de cana, adquirirem maturidade e serem vistos, na volta, como homens feitos. São Paulo é o destino que lhes garante uma melhor renda em dinheiro, embora o trabalho no corte de cana seja um dos mais pesados entre as frentes de trabalho para migrantes, e na medida em que vão envelhecendo, outras frentes passam a ser almeçadas, de trabalho menos árduo, mesmo com remuneração menor (NORONHA; RIBEIRO, 2007).

Outra razão, ainda, é o fato dos jovens buscarem na migração condição para formar patrimônio para poderem se casar; durante repetidas migrações eles conseguem se patrimonializar e criar as condições materiais para iniciar a consolidação de suas próprias famílias, e alguns continuam a migrar durante os primeiros anos do casamento, quando a família ainda é jovem, os filhos pequenos, até que chegam a certa idade em que encerram esse ciclo de migração sazonal e passam a se dedicar somente ao trabalho dentro de suas unidades produtivas. Normalmente quando jovens, os recursos são usados para compra de bens como roupas, motocicleta, aparelhos de som, telefones, e por isso, quando casam, geralmente precisam continuar migrando por mais dois ou três anos até que consigam constituir patrimônio a ponto de não precisarem mais sair de casa (GALIZONI, 2007; RIBEIRO; GALIZONI, 2000).

A migração quase sempre é feita em grandes grupos, de vizinhança ou parentesco, já que não há migração que seja feita só: migra-se em grupo, e não se rompe com o lugar de origem. A migração os coloca em contato com os 'de fora', mas não os separa de seus locais de origem, e dessa forma não representa um rompimento entre os que saem e aqueles que ficam, mesmo quando a migração é definitiva, e aqueles que definitivamente migram constroem uma rede de apoio para aqueles que precisam migrar. Migrar não destrói, portanto, o tecido social. O retorno da migração sazonal é pré-estabelecido, e se dá no momento em que é necessária a força de trabalho familiar nas unidades de produção (DURHAN, 1973; RIBEIRO, 1993).

A migração sazonal que ocorre entre as famílias no Alto Jequitinhonha está ligada não somente à possibilidade de renda monetária extra no período entressafras, que é investida na própria unidade e fortalece sua condição de lavradores, mas também aos significados simbólicos, como conhecimento do mundo e preparação para o casamento. Assim, migração é uma das importantes estratégias de reprodução social desenhadas pelas famílias agricultoras, e para compreendê-la é preciso entender não somente as relações com a terra e a natureza - os limites dela -, mas também as relações familiares, que estão permeadas pelas primeiras. Ambiente e família são categorias praticamente indissociáveis para se compreender a migração no Alto Jequitinhonha.

4 RESULTADOS

Este artigo analisa a trajetória de agricultores originários de seis comunidades do Alto Jequitinhonha atingidas pela UHE Irapé e reassentadas em novas terras. Eram famílias que mantinham fortes laços de identidade com seus locais de origem, produziam/criavam formas específicas de utilização do território e de seus recursos, apropriando-se do complexo "grotas-chapadas" para produzir e usando formas de uso do espaço que eram específicas sob vários aspectos, em que dentro desse sistema tradicional de reprodução social, a migração sazonal era uma importante estratégia para as famílias, que reforçava a manutenção do grupo social, sua permanência e reprodução na terra.

Alguns dos grupos camponeses optaram por serem reassentados fora de seus municípios de origem, priorizando a qualidade das terras. Outros grupos, por sua vez, optaram por terras que estivessem no município de origem, mesmo que muitas vezes não possuíssem boa qualidade, priorizando assim a manutenção das redes de relações socioeconômicas já estabelecidas. A mudança de região, ou a permanência nela, provocou resultados distintos no processo de reterritorialização: implicou em mudanças nas cadeias de relações pessoais, no conhecimento local e na rede de serviços usada pelos reassentados. O Quadro 1 representa as áreas pesquisadas.

Diante das novas terras, com dimensões maiores que as terras originais e com qualidade bastante diversa daquela em que eram habituadas a lidar, as famílias reassentadas foram montando novos sistemas de produção. De uma maneira geral, os novos sistemas de produção desenhados pelas famílias reassentadas baseiam-se no uso de insumos vindos de fora, num sistema comparativamente mais integrado aos mercados do que o sistema de produção tradicional.

Mas, se a mudança no padrão produtivo foi incorporada em todas as novas comunidades rurais, tanto as que se realocaram para terras de melhor qualidade, quanto as que foram para aquelas de qualidade inferior, as formas de sustentação desses novos padrões não se igualam: é necessária a renda em dinheiro para montar e manter a produção, e depende diretamente da capacidade da unidade familiar gerar um montante de dinheiro que a sustente. Isso acaba por gerar condições mais favoráveis para uns grupos e menos favoráveis para outros, na medida em que algumas áreas conseguem sustentar o novo padrão produtivo, por meio da renda monetária gerada na unidade produtiva, e em outras, por sua vez, não. Dessa forma, a qualidade das novas terras e também a região em que estão localizadas dão as medidas da mudança nos modos de vida dessas famílias.

Assim, o desafio colocado para os reassentados é reconstruir suas vidas de maneira a garantir sua produção material e imaterial em ambientes com recursos diferentes e sociedades rurais com relações também diferentes, diante de novos arranjos produtivos. E a migração, em diferentes proporções, aparece como parte dessa reconstrução. Se antes, nas terras de origem, os agricultores migravam por motivos vários – rito de passagem, escassez de renda, estratégia para não fragmentação da terra, patrimonialização – nos novos assentamentos a migração ganhou novos contornos e ainda carrega consigo as antigas causas que outrora eram determinantes.

O Quadro 2 representa as áreas pesquisadas, discriminando os reassentamentos e a ocorrência de migração nos grupos.

QUADRO 1 – Reassentamentos pesquisados, discriminados por denominação atual, comunidade de origem, município de origem, município e região de destino, 2011

Reassentamento	Comunidade de origem	Município de origem	Município de destino	Região de destino
Nova Esperança	São Miguel	Cristália	Janaúba	Vale do São Francisco
Nova Esperança	Malhada e Peixe Cru	José Gonçalves de Minas e Turmalina	Francisco Dumont	Vale do São Francisco
Nova Esperança de Itacambira	Ouro Podre	Botumirim	Itacambira*	Vale do Jequitinhonha
Novo Horizonte	Degredo	Turmalina	Água Boa	Vale do Rio Doce
Piedade	José de Barros	Cristália	Cristália	Vale do Jequitinhonha
Bela Vista	Quebrabó, Palmito, Santa Maria e Bugil	Botumirim	Botumirim	Vale do Jequitinhonha

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

*Itacambira é um município que faz fronteira com o município de origem (Botumirim), tendo as sociedades rurais características semelhantes.

QUADRO 2 – Ocorrência de migração nos reassentamentos pesquisados de atingidos pela UHE de Irapé, 2011

Reassentamento	Número total de famílias reassentadas	Número de famílias com algum membro migrante temporário	Percentual
Nova Esperança, Janaúba	18	0	0,0
Nova Esperança, F.Dumont	20	12	60,0
Nova Esperança, Itacambira	9	6	66,7
Novo Horizonte, Água Boa	19	0	0,0
Piedade, Cristália	11	2	18,18
Bela Vista, Botumirim	40	3	7,5

Fonte: pesquisa de campo, 2011

A migração continua tendo uma razoável importância para as famílias agricultoras reassentadas, e são, na maioria das vezes, os rapazes solteiros que seguem esse caminho. Mesmo que nas novas terras, o risco de escassez e fragmentação possa ter sido minimizado, tendo em vista que os lotes possuem 40 ou 50 hectares, com extensões normalmente maiores do que as terras de origem, a migração ganha novas explicações. Há mudança no processo migratório, mas há também permanência, pois diante de comunidades com traços culturais tão específicos, nem tudo pode ser desconstruído, e o que se pode afirmar de antemão é que o sentido, ou as causas da migração, continuam não sendo únicas.

Nos reassentamentos localizados nos municípios de Francisco Dumont e Itacambira, há presença significativa de migração, diferente do que ocorre nos demais; porém as causas que a explicam diferem entre si em grande medida. Em Francisco Dumont as terras adquiridas pelos reassentados, embora não semelhantes às terras de origem, têm possibilitado às famílias construir, a partir delas, estratégias de uso no longo prazo, tendo em vista a disponibilidade de certa parcela de terras agricultáveis que as famílias possuem em seus respectivos lotes.

A gente vai olhando assim prá terra e sabe que ela é uma terra tipo de chapada, misturada, uma parte boa. Não sei se é por causa da natureza do clima, só que ela não é uma terra de cultura normal. [...] todas as terras são boas, não tem terra ruim, mas tem umas partes que é melhor. (informação verbal)⁶

Assim, através do reconhecimento e aprendizagem sobre as novas áreas, as famílias vêm montando seus novos sistemas produtivos, formando suas áreas de plantio e pastagem, garantindo a produção material. Esses novos sistemas produtivos incorporaram certo grau de mudança tecnológica, principalmente com o uso de maquinário agrícola e passaram a demandar uma produção que gere renda monetária para mantê-los; mas a terra vem sendo capaz de fornecer esse fluxo de renda, seja por meio da própria lavoura e processamento de seus produtos, seja por meio da criação de gado. “Lá (nas terras de origem) não usava gradear a terra. Aqui já tem a destoca que o pessoal faz. A gente gasta mais, mas facilita também. Lá tudo era braçal, era tudo na enxada, aqui não, é tudo no trator” (informação verbal)⁷.

⁶Relato fornecido por Sr. Geraldo, reassentamento Nova Esperança, município de Francisco Dumont.

⁷Relato fornecido por Sr. José Pacheco, reassentamento Nova Esperança, município de Francisco Dumont.

Porém, mesmo a terra garantindo a produção material das famílias, a migração continua presente entre os jovens; praticamente todos os rapazes da comunidade anualmente migram para o mesmo destino que seus pais seguiam: vão para o corte de cana em São Paulo ou para a colheita de café no sul de Minas. O que leva esses jovens a migrar são essencialmente dois motivos: anseios de consumo e de conhecer o mundo, desejam adquirir motos, celulares, aparelhos de som. “A emigração transforma-se então numa aventura, numa libertação pessoal” (DURHAM, 1984, p. 132). Embora a exploração das terras garanta a produção material, não é gerado fluxo de renda monetária suficiente para atender às demandas por consumo individual. Sobre a necessidade de “melhorar de vida” Durham (1984) afirma que a criação de novas necessidades acontece “em decorrência de uma quebra do isolamento relativo e inclusão numa economia competitiva”. Assim, para além das razões materiais, a migração também representa uma porta de entrada para o mundo do trabalho; dá oportunidade de vivência e conhecimento, inclusive para que deem valor ao que possuem em casa e que foi conquistado com o árduo trabalho familiar, dentro e fora das unidades produtivas. Por isso, dentro dos padrões vigentes na sociedade rural, não há oposição da família, e a migração é vista como possibilidade de os jovens iniciarem sua independência.

Em Itacambira, onde os percentuais de migração são consideráveis, esses mesmos motivos também levam os jovens a migrar. Mas, além disso, existe a necessidade de buscar renda em dinheiro para suprir os gastos com os novos sistemas produtivos adotados pelos agricultores. Aqui, não é somente a migração de jovens solteiros que acontece: ocorre também entre chefes de família. As terras adquiridas pelos reassentados são, em grande medida, impróprias para a agricultura nos padrões que eram habitados a trabalhar, e também não muito próprias para uso em agricultura intensiva, já que não cobrem os custos de produção quando são empregados insumos externos. Isso impôs um caro desafio: lidar com uma terra que não possui áreas “de cultura”, e que não assegura a produção material das famílias.

Essas novas terras exigiram dos reassentados a adoção de novos sistemas de produção, atualizando seus saberes ao novo espaço. Parte do trabalho que anteriormente era feito na base da enxada, usando a força física dos membros das famílias, passou a ser feito através do uso de maquinário agrícola no preparo da terra destinada ao plantio das suas lavouras:

A dificuldade é que aqui em cima (parte mais alta dos lotes, na chapada) a gente até trabalha de enxada, até consegue, mas lá, mais pro lado da margem do rio, a gente não consegue, a gente trabalha, mas o serviço não rende de enxada, é somente prá carpir, porque prá poder tombar a terra igual a gente fazia lá na roça, lá na origem... porque nós levava tudo na base na enxada. (informação verbal)⁸

Esses novos sistemas produtivos, por sua vez, passaram a exigir dos reassentados um maior fluxo de renda monetária para fazer frente aos custos de produção. Essa nova exigência de renda passou a ser muitas vezes garantida através da venda de animais, geralmente bovinos, que outrora serviam como uma poupança ou garantia para gastos que eventualmente pudessem surgir na unidade familiar. Dessa forma, com novos sistemas de produção, custos gerados por eles, e com a impossibilidade das terras garantirem esse fluxo de renda em dinheiro, a migração aparece como importante estratégia de manutenção dos grupos familiares:

É o seguinte: igual aqui que tem a migração. Se o cara vai pro café ou prá cana, ou outro serviço que dure aí três ou quatro meses, ele pode pegar o período de estiagem, ir prá fora e ganhar o dinheiro. Quando ele vem, ele fica três ou quatro meses, e faz a lavoura. Aí ele vai ter o produto e o dinheirinho, que serve prá ele juntar e dá prá fazer outra coisa. (informação verbal)⁹

Assim, a migração em Itacambira está relacionada à nova demanda por renda em dinheiro, que por sua vez tem origem na baixa capacidade de suporte produtivo da terra, sendo esse um dos mais significativos motivos para as migrações temporárias. A persistência da migração em padrões semelhantes à origem também pode ser justificada pelo fato de estarem praticamente na mesma região, conservando grande parte das relações e dos destinos migratórios de antes; a vizinhança também migra para os mesmos locais, principalmente para o corte de cana no interior de São Paulo. Assim, embora os motivos não sejam os mesmos, já que migram para arcar com custos produtivos, os destinos, por sua vez, são. A direção da migração continua a depender, em grande parte, da tradição migratória do grupo. Continuam a migrar para as localidades onde tenha conterrâneos, amigos ou parentes.

A migração sazonal não faz mais parte das estratégias de reprodução social dos reassentados no município de Água Boa. Embora tenham ido para outra região, com terras e recursos naturais diferentes daqueles que estavam habituados a lidar, esses novos espaços têm lhes assegurado produção e rendas regulares: “A terra aqui é basicamente da mesma qualidade. Toda boa, produtiva”. Contudo, esse novo espaço exigiu deles um trabalho de articulação, construção e reconstrução de referências. Surgiu assim um novo modo de ver o mundo, que lhes permitiu organizar-se novamente a partir de novos sistemas produtivos, desenhados com base em seus saberes, mas principalmente com base em novas redes de relações que foram sendo estabelecidas. Em Água Boa os reassentados incorporaram um modelo de agricultura mais intensiva, baseado no crescente uso de insumos químicos e máquinas agrícolas, e também na produção de bens comerciais:

Aqui é gradagem, correção, adubo químico [...] No período de dois anos a gente já estava sabendo o sistema da terra. Aqui tem que ter tecnologia nela, senão não produz. Tem que por calcário, adubar bastante, aí a produção sai bastante”. (informação verbal)¹⁰

A renda gerada nas unidades familiares, a partir desses novos sistemas produtivos, e principalmente através da adoção do café como produto principal, passou a garantir às famílias não só a produção material necessária, mas também um fluxo de renda monetária capaz de manter a família na terra, sem necessidade da migração temporária:

Hoje, o café, ele é um gasto grande que a gente tem [...]. A gente gasta, é um gasto todo ano, mas a gente tem que fazer as contas prá ver se tá sobrando alguma coisa. Então, mesmo com todo gasto que tem, quando ele produz ainda sobra alguma coisa. Hoje você paga prá panhar, você compra o calcário, compra o adubo e joga, paga a limpeza da lavoura. Mas aí, ainda sobra alguma coisinha. E é um investimento que a gente tá investindo. (informação verbal)¹¹

No reassentamento situado em Janaúba as terras são consideradas de elevada fertilidade, e num ambiente

⁸Relato fornecido por D. Piedade, reassentamento Nova Esperança de Itacambira, Itacambira.

⁹Relato fornecido por Sr. Antônio, reassentamento Nova Esperança de Itacambira)

¹⁰Relato fornecido por Sr. João Antônio, reassentamento Novo Horizonte, Água Boa.

¹¹Relato fornecido por Sr. Geraldo, reassentamento Novo Horizonte, Água Boa

bastante diverso do complexo “grotas-chapadas” em que aqueles lavradores viviam anteriormente. Essas estratégias de longo prazo, elaboradas pelos reassentados, vêm garantindo a manutenção das famílias.

Mas, se por um lado, assegura a manutenção do grupo, por outro lado não é gerado um fluxo de renda em dinheiro capaz de garantir o consumo individual dos jovens, o que os leva a querer sair do reassentamento em busca disso. Contudo, “ir para São Paulo” não é mais o caminho a ser necessariamente percorrido: eles se deslocam em busca de ocupações no próprio município, que apresenta uma economia muito dinâmica. Buscam preferencialmente trabalhos urbanos na sede do próprio município em que foram reassentados para que possam garantir a renda monetária que lhes possibilite o consumo de bens desejados e também a convivência semanal com a família no reassentamento, mantendo seus vínculos com a terra. Outros jovens vão para Janaúba para conciliar o trabalho com os estudos, fazer cursos que lhes deem novas oportunidades. Dessa maneira, a saída do reassentamento é motivada principalmente pelas oportunidades de estudo e desejos de consumo dos jovens. “A alfabetização é conhecida por todos como instrumento essencial de adaptação à vida urbana” (DURHAM, 1984, p. 171).

Freqüentemente, é a absoluta ignorância da natureza das oportunidades educacionais existentes, que impede o encaminhamento dos filhos para as instituições de ensino. Todos conhecem a escola primária. Para além delas, entretanto, estende-se um mundo indefinido e desconhecido de cursos, cujo acesso é vedado pela falta de informação (DURHAM, 1984, p. 172).

No reassentamento em Água Boa a qualidade das terras e os novos arranjos produtivos eliminaram a migração, por meio do fluxo de renda que passou a circular dentro das próprias unidades produtivas. Já no reassentamento em Janaúba, o que ocorreu, mesmo que também seja formado por terras de qualidade, foi um crescimento da mobilidade espacial, ou seja, uma busca por ocupações na sede do próprio município. Assim, se as terras em Janaúba, e os usos dados a elas, são capazes de sustentar todos os membros das unidades familiares, não são capazes, por sua vez, de impedir essa mobilidade espacial dos jovens em busca de educação e bens de consumo.

O que se percebe é que onde existe migração existe demanda por bens de consumo individuais e existe desejo de

conhecer o mundo, e essa libertação pessoal, esse “libertar-se da influência paterna” é recorrente nas sociedades rurais (DURHAM, 1984). Mas, em cada reassentamento essa influência se manifesta com peso diferente.

A migração nos reassentamentos em Cristália e Botumirim, assim como em Itacambira, está relacionada à baixa capacidade de suporte da terra, incapaz de oferecer a renda monetária para bancar os custos dos novos sistemas de produção. Essas terras pouco agricultáveis demandam todo um aparato da produção intensiva em insumos vindos de fora, que por sua vez demanda um fluxo de renda para mantê-lo, e isso os colocou em uma situação de precariedade. A migração, então, surge como estratégia para busca de renda, é a necessidade de dinheiro que os faz sair. Uma das razões que explica o baixo percentual de migração nesses dois grupos de reassentamentos, comparando-se ao grupo de Itacambira, que também está reassentado em terras pouco agricultáveis, é o fato de não estarem desenhando novas estratégias de uso da terra no longo prazo com a mesma intensidade. O outro motivo que também justifica os baixos índices de migração nesses dois reassentamentos é que a migração motivada por desejo de consumo individual e desejo de conhecer o mundo acontece, tendo em vista o número reduzido de jovens solteiros. Assim, a migração como uma aventura pessoal do jovem que deseja melhorar de vida e que é uma forma institucionalizada em muitas sociedades rurais (DURHAM, 1984), não acontece nesses dois grupos, em que a maioria das famílias não possui jovens solteiros aptos a fazerem essa viagem¹².

Em todos os grupos a migração feminina é bastante pontual, sem números significativos. Mas, quando acontece é com os mesmos destinos de outrora: vão para casas de famílias para trabalharem como empregadas domésticas, pois ainda é comum famílias importarem empregadas do interior, seja através de parentes que possuam na região, seja através de outras domésticas. Assim, a migração nesse caso também acontece dentro de um universo de relações pessoais (DURHAM, 1984; GALIZONI, 2007a).

As estratégias de uso da terra no longo prazo também aparecem como causas importantes que podem impedir a migração, como em Água Boa, ou determiná-la em grandes proporções, como em Itacambira. Assim, a migração em cada um dos novos espaços dos

¹²Em Cristália, no ano em que a pesquisa de campo foi realizada, os trabalhadores não precisaram ir para São Paulo, que é o destino certo deles, pois a empresa reflorestadora instalada na região contratou seus serviços, assim, alguns deles permaneceram trabalhando na empreiteira, ficando fora durante a semana e retornado no final dela.

reassentamentos acontece por motivos que, em alguma medida, convergem, mas que também carregam grandes diferenças, em que as novas terras e as possibilidades de uso delas são determinantes.

Com isso, as explicações para a persistência da migração nos reassentamentos são diversas, acontecem em proporções diferentes e nem sempre iguais para cada um deles. A migração está ligada 1) às estratégias de uso da terra no longo prazo e 2) às novas demandas por recursos para manutenção das unidades familiares, mas também está relacionada 3) aos ritos de passagem e 4) aos novos padrões de consumo afluente dos jovens.

As estratégias de uso da terra a longo prazo estão relacionadas com a reorganização produtiva, agrícola e não agrícola, desenhada de acordo com o tipo de terra e os estoques de recursos naturais e patrimoniais disponíveis no reassentamento em ambientes diversos. Nos reassentamentos cujas terras são consideradas de boa qualidade/agricultáveis verifica-se que houve uma tendência de queda no número de migrantes, e isso pode ser explicado pelo fato de a terra garantir a produção material das famílias e a geração de renda monetária, mas isso exige que também o conjunto da força de trabalho familiar execute o trabalho na terra, diminuindo ou eliminando a migração. Nos casos em que a exploração da terra não garante a produção material que sustente a família, nem tampouco oportuniza a geração de renda monetária, a migração continua a ser usada como estratégia para reprodução social da família agricultora, porém em diferentes proporções, tendo em vista as estratégias adotadas e a demanda por recursos financeiros.

As novas demandas por recursos para manutenção das unidades familiares têm a ver com as mudanças nos sistemas produtivos dos lavradores. Os sistemas eram baseados nas “roças de toco”, que garantiam, assim, a produção de mantimentos, conservação dos recursos naturais, sem despesas com insumos advindos de fora. Nas novas áreas os sistemas produtivos demandam recursos, geram custos para a produção, como horas de máquina, adubo químico, sementes e, em alguns casos, defensivos. Todos os reassentamentos pesquisados apresentam mudanças no padrão produtivo e com isso apresentam elevação de custos de produção: uns mais, outros menos, dependendo da intensidade da mudança do sistema produtivo. Os reassentamentos que conseguiram estabilizar os sistemas produtivos e se estabelecer em município de economia dinâmica conseguem garantir rendas monetárias que cobrem esses custos.

Mas, aqueles reassentamentos em terras onde as famílias podem incorporar parte, mas não o todo das inovações tecnológicas para incrementar a produção, não geram renda monetária suficiente para arcar com os gastos de produção. Assim, a migração passa a ser uma estratégia importante para busca de renda que cubra essa nova demanda por recursos financeiros. Mas, ainda em alguns casos em que as inovações tecnológicas incorporadas em padrões mínimos, mantendo a produção em moldes originais, embora com baixo rendimento devido à qualidade das terras, a migração acontece em baixas proporções.

A migração persiste também como rito de passagem. Os jovens continuam a querer conhecer o mundo, transformar-se em homem: acontece antes da mudança, e como perpassa o imaginário da formação do adulto rural, não é apagada com a mudança de território, e por isso persiste, pois vai além das necessidades materiais do indivíduo. A migração de jovens, em algumas famílias é justificada pela necessidade de conhecer mundo, transformar-se, amadurecer.

Reafirmando o que já foi mencionado, os padrões de consumo individual dos jovens também têm definido a intensidade com que ocorre a migração. Para adquirirem bens de consumo como telefones celulares, aparelhos de som, roupas, motocicletas, é preciso que trabalhem fora para garantir uma renda monetária que lhes dê condições de comprá-los, renda essa que dificilmente poderá ser conseguida pelo trabalho nas próprias terras.

‘Trabalhar’ e ‘viver’ implicam consumir artigos manufaturados (sapatos, roupas, produtos alimentares processados) que são inacessíveis ao homem do campo. Por isso é que a cidade é quase sempre tão valorizada, até para os que ‘não se acostumam’ ou não obtêm emprego e a abandonam. Mesmo quando volta para a zona rural, o migrante reconhece ‘a superioridade’ da cidade, e a impossibilidade de nela viver é, em geral, atribuída antes a uma deficiência do sujeito do que do objeto (DURHAM, 1984, p. 217).

O novo padrão de vida adotado pelas famílias, com significativo aumento das despesas (e mudança no padrão de consumo, evidentemente) de manutenção do grupo familiar nos novos locais de vida, tem imprimido novas características ao processo migratório. As despesas que as famílias faziam em 2011, tais como água, luz, feira de mantimentos, e inclusive custos de produção, anteriormente não existiam, e em algumas terras esses custos acabam tendo que ser supridos através da venda de trabalho para empreendimentos fora do reassentamento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos novos espaços de vida e de trabalho desses grupos de agricultores a migração continua a ser explicada por meio do ambiente e dos estoques de recursos naturais disponíveis. É a partir dos recursos que as famílias constroem suas estratégias de uso da terra no longo prazo, ou seja, constroem suas estratégias de vida. O uso da força de trabalho familiar ou a disponibilidade dela para trabalhos fora das unidades familiares dependem, dessas estratégias. Mas, outro fator é determinante na migração: a região para onde foram realocados e a economia local, ou seja, o *locus* onde se constroem as diferentes redes de relações econômicas determinantes para o processo de reprodução social.

Mas, a migração não é explicada assim como em terras de origem, somente pela capacidade da terra, disponibilidade de recursos e economia local. Continua tendo a ver com a formação do jovem rural, com os desejos de conhecer mundo, aprender sobre aquilo que o diferente oferece, e isso é costumeiro entre as comunidades rurais do Jequitinhonha. Migrar, para esses agricultores, não se associa à ideia de fuga ou desistência, mas sim à busca de possibilidades e de conhecimento da vida além do território que pertencem, para garantir um retorno seguro ao chão que lhes acolhe.

Pode-se afirmar que os novos padrões de migração continuam sendo permeados por condições do ambiente e estão estreitamente ligados às estratégias de uso da terra no longo prazo e aos estoques de recursos naturais e patrimoniais disponíveis. Ou seja: apesar de reambientalizados, esses agricultores continuam dependentes do ambiente. Em alguns casos as novas terras garantem a permanência dos jovens durante todo o tempo, e nesse caso, quando os jovens migram, a razão não está no ambiente e nos recursos disponíveis, mas em outras causas, como os ritos de passagem, que permeiam o imaginário e o subjetivo, além das demandas individuais por educação e bens de consumo. Em outros casos as novas terras trazem consigo a necessidade da saída, mesmo que sazonal, já que a terra não lhes garante a produção material necessária às famílias.

Quando famílias lavradoras são realocadas em novos espaços e onde, nesses espaços de características diversas, novas formas de produção e reprodução social se constroem, os processos migratórios ganham importância e peso para compreensão do processo de reterritorialização. A falta de consideração por essa multiplicidade de causas que motivam a migração pode fazer com que programas públicos, concebidos para

promover o desenvolvimento rural, promovam grandes desperdícios de recursos por não compreender a lógica de quem os determinou. Compreender a migração desses sujeitos sociais do ponto de vista das dinâmicas internas dos grupos é fundamental para a implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural. É preciso que haja respeito aos costumes existentes, e para isso é preciso conhecê-los. Assim, compreender como acontece a migração entre os reassentados pode ser imprescindível para o sucesso de programas ambientais e rurais.

6 REFERÊNCIAS

- AMARAL, L. **Do Jequitinhonha aos canaviais**. 1988. 378 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1988.
- BOSERUP, E. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo: Hucitec, 1987.
- CAMPOS, M. d'O. Etnociência ou etnografia de saberes, técnicas e práticas? In: AMOROZO, M. C. M.; MING, L. C.; SILVA, S. M. P. **Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas**. Rio Claro: UNESP/SBEE, 2002. p. 47-92.
- CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- DURHAN, E. R. **A caminho da cidade**: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- FERNANDES, B. M. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, M. (Ed.). **A pesquisa em educação do campo**. Brasília: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, 2006.
- GALIZONI, F. M. **A terra construída**: família, trabalho e Ambiente no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007a.
- _____. A terra em movimento. In: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Feiras do Jequitinhonha**: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semi-árido de Minas Gerais. Fortaleza, 2007b. p. 47-65.

- GARCIA JÚNIOR, A. R. **O sul, caminho do roçado**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: UnB, 1989.
- GRAZIANO, E. **A arte de viver na terra: as condições de reprodução camponesa no vale do Jequitinhonha**. 1986. 148 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Itaguaí, 1986.
- GRAZIANO, E.; GRAZIANO NETO, F. As condições da reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha. **Perspectivas**, São Paulo, v. 6, p. 85-100, 1983.
- GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et al. (Ed.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 43-71.
- _____. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2011.
- HEIDRICH, Á. L. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Org.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p. 37-66.
- HEREDIA, B. M. A. de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LASCHEFSKI, K. A luta sobre o significado do espaço: o campesinato e o licenciamento ambiental. **Revista Geografias**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 38-53, 2007.
- LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: UnB, 2002. (Série Antropologia).
- MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990.
- _____. **Migrações temporárias: problema para quem?** São Paulo: Travessia, 1988.
- _____. O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: _____. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 86-112.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo**. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2010.
- NORONHA, A. B.; RIBEIRO, E. M. As dádivas da terra. In: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Feiras do Jequitinhonha: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semi-árido de Minas Gerais**. Fortaleza, 2007. p. 149-170.
- RIBEIRO, E. M. **As invenções de migrantes**. São Paulo: Travessia, 1993.
- _____. Para repensar a história e o desenvolvimento rural do Jequitinhonha. In: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Feiras do Jequitinhonha: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semi-árido de Minas Gerais**. Fortaleza, 2007. p. 29-46.
- RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. Sistemas agrários, recursos naturais e migrações no alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: TORRES, H.; COSTA, H. (Org.). **População e meio ambiente: debates e desafios**. São Paulo: SENAC, 2000. p. 1-18.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SCHNEIDER, S. Ciências sociais, ruralidade e territórios: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 4, n. 7, p. 24-62, fev. 2009.
- SIGAUD, L. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ano 6, n. 18, p. 18-29, 1992.
- VIERTLER, R. B. Métodos antropológicos como ferramenta para estudos em etnobiologia e etnoecologia. In: AMOROZO, M. C. M.; MING, L. C.; SILVA, S. M. P. (Ed.). **Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas**. Rio Claro: UNESP/SBEE, 2002. p. 12-29.
- WOLF, E. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**. Brasília: UnB, 1997.

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Manguinhos, v. 7, p. 35-53, jan./jun. 1990.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: ZHOURI, A. (Ed.). **A insustentável leveza da política ambiental:**

desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 49-64.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PAIVA, A. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, A. (Ed.). **A insustentável leveza da política ambiental:** desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 89-116.